

PROCESSO TRT RO-0009700-47.2009.5.18.0005

RELATOR: DESEMBARGADOR PAULO PIMENTA

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

ADVOGADO: ANTONIO CARLOS CAVALCANTE RODRIGUES

RECORRIDO: J. CÂMARA E IRMÃOS S.A. E OUTRO (S)

ADVOGADA: ANDREA MARIA SILVA E SOUZA PAVAN RORIZ DOS SANTOS

ORIGEM: 5ª VT DE GOIÂNIA

JUÍZA: NARA BORGES KAADI P. DE PASSOS CRAVEIRO

Disponibilização: DJ Eletrônico Ano IV, Nº 22 de 09.02.2010, pág.10.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO CIVIL PUBLICA. O Ministério Público do Trabalho, ao ajuizar a presente ação civil pública, teve o intuito de zelar pelos direitos relacionados à saúde e higidez dos empregados das Rés, em face das **alegações de sobrecarga de trabalho que lhes vem sendo imposta, com jornadas muito superiores a 10 horas diárias e irregularidades no acordo de compensação de jornada, sem o correto gozo dos intervalos intra e entre jornadas, bem como dos repousos semanais remunerados e feriadós.** Logo, em se tratando de tutela de direitos individuais homogêneos dos trabalhadores de uma empresa para assegurar o **cumprimento da ordem jurídica** no que respeita à jornada de trabalho, com efeitos imediatos e futuros, e **repercussão em direitos sociais indisponíveis (saúde e segurança)**, é reconhecida a sua legitimidade ativa para processar a presente demanda, nos termos do art. 127 da CF. Recurso provido.

DECISÃO: Decidiu a Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, em sessão ordinária, hoje realizada, por unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do relator.

Julgamento realizado com a participação dos Excelentíssimos Desembargadores PLATON TEIXEIRA DE AZEVEDO FILHO (Presidente) e PAULO PIMENTA e da Excelentíssima Juíza convocada WANDA LÚCIA RAMOS DA SILVA. Representando o Ministério Público do Trabalho o Excelentíssimo Procurador JOSÉ MARCOS DA CUNHA ABREU. (Sessão de Julgamento do dia 03 de fevereiro de 2010).